Artur Azevedo: o cordão umbilical do maranhense¹

Antonio Martins de Araújo

1 - O poeta e o historiador

Aristóteles, no Cap. IX de sua *Poética*, afirma:

O poeta e o historiador diferem não no escrever em verso ou em prosa (...). A verdadeira diferença é que um relata o que ocorreu, o outro o que pode ocorrer. A Poesia é, pois, algo mais elevado e filosófico que a História, porque a poesia permanece no universal e a História sempre no particular. O universal é o que tal categoria de homens faz em tais circunstâncias, segundo o verossímil e o necessário (...). (ARISTÓTELES, 1959, p.287)

Aqui e agora, intentarei mostrar que, a seu modo, Artur Azevedo também fez história, desenhando o perfil biobibliográfico dos artistas do seu tempo, seus irmãos de ideal, nas múltiplas seções que manteve em mais de quarenta periódicos do país, por mais de trinta anos.

Fez história também quando registrou nos versos satíricos de *Carapuças* e *O Dia de Finados* os usos e costumes que lhe provocavam revolta. Nas duas peças curtas que escrevera em sua juventude maranhense (*Amor por anexins* e *À porta da botica*) já havia satirizado o casamento de conveniência e a maledicência de seus conterrâneos.

De início referir-me-ei a algumas poucas crônicas (no verdadeiro sentido de memória de um tempo), das mais de quatro mil que Artur Azevedo produziu. Dezenas dessas crônicas são hoje a única fonte de informação sobre o desempenho de alguns de nossos artistas de todo gênero; outras serviram de lançar alguns de nossos escritores, como Cruz e Sousa; muitas desfizeram algumas ilusões e ajudaram a manter nossas glórias.

As que aqui me refiro versam o seu, e o meu, querido Maranhão, que o tempo e a distância, em vez de apagar da memória, fazem mais belo e amado aos olhos daqueles que, como tantos outros filhos desta terra, movidos pelos mais variados motivos, foram obrigados a demandar outras plagas, em busca de melhores dias.

São crônicas que Artur Azevedo, sob o título genérico de *Palestra*, produziu, por muitos anos, no jornal *O Paiz*; ou de *Flocos*, no *Correio do Povo*; ou do *De Palanque*, no *Diário de Notícias*, dos anos 1880; ou ainda os esboços biográficos com que, ilustrados com um clichê de página inteira do biografado, abria seu semanário *O Álbum*, por cerca de dois a três anos na última década do século XIX.

Sempre atento a tudo aquilo que viesse a engrandecer seu torrão natal, Artur Azevedo no seu *O Álbum* por mais de uma vez faz o esboço biográfico de maranhenses

ilustres. Em fevereiro de 1893, faz a do Monsenhor Brito, cuja tela a óleo assinada por Luísa esteve por muito tempo na sala de congregação do nosso saudoso Liceu Maranhense, o do Campo de Ourique, e hoje enriquece o Museu Histórico do Maranhão. Do grande orador sacro que foi Monsenhor Raimundo da Silva Brito, dá-nos conta Artur Azevedo:

O ilustre pregador é o herdeiro legítimo de Montalverne. Os seus sermões são artísticos; primam pela forma gramatical, e ao mesmo tempo pela elevação da idéia e sobriedade da frase. A sua palavra é correta, para que os letrados a admirem; e singela, para que o povo a entenda. A sua voz é sonora, fluente, vibrante e untuosa; derrama-se pela igreja como o incenso, lânguida e penetrante. Parece sair não de uma boca, mas de um turíbulo. Ouvindo-o não há livre-pensador que não se sinta num momento arrebatado para a idéia de Deus e dos santos. Os devotos, esses, quando o ouvem, mergulham-se ainda mais no lago profundo das suas crenças. Monsenhor Brito é o mais completo dos oradores sagrados. (*O Álbum*, Ano I, n.º 7, p. 49 e 50).

2 - A polêmica sobre o falso Maranhense

Às páginas 114 desse *O Álbum*, dilucida a verdadeira identidade do cearense Inácio José Ferreira, o vate do Bacanga, que vivia no Rio de Janeiro a passar calotes na praça e levava uma vida de *hippie* à moda do seu século. Deste senhor, que para desgraça nossa, tinha o apelido de *O Maranhense*, Artur Azevedo reproduz alguns trambiques no conto intitulado *As aventuras do Barba* na 1.ª edição dos *Contos possíveis* (Garnier, 1889). Porém, este herói picaresco, uma espécie de Pedro Malazarte, brasileiro e descalço, deu tanta dor de cabeça ao dramaturgo maranhense, como veremos, que este decidiu retirar o conto da nova edição que preparou para a Garnier, e saiu postumamente em 1909. Assim abre Artur Azevedo o conto:

Contaremos algumas aventuras do Barba, espécie de gatuno e de boêmio, que durante muito tempo viveu à custa do próximo na capital do Império Entretanto fiquem os leitores prevenidos: alguns dos casos que lhes vou narrar figuram na lenda de outros cavalheiros de indústria entre os quais o famoso *Maranhense*, que, entre parêntesis, era filho da província do Ceará.

Como se não bastasse o rol de mazelas, que a construção errônea de um estereótipo maranhense por parte da desinformada opinião pública fluminense, e por mal dos pecados, o tal personagem era homônimo perfeito do “velho Inácio José Ferreira, decano dos tipógrafos brasileiros e fundador do *Publicador Maranhense*” (09/07/1842 – 02/02/1886). Artur Azevedo registraria o passamento deste maranhense ilustre em seu De Palanque de 23 de fevereiro de 1886, no *Diário de Notícias* (RJ), e reprodu-lo nas páginas. 133 e 134 de *O Álbum* na década seguinte. Por duas longas colunas, Artur Azevedo demora-se a comentar o estofo moral de João Lisboa, o primeiro redator do *Publicador Maranhense*, comentando a defasagem entre os ideais do seu artigo-programa em 1842 e a decepção do artigo de despedida

desse jornalista, da vida pública, após traído pelos maiores do Partido Liberal, a que se filiou criança. Que síntese de descrição e estoicismo, de superioridade e renúncia — caracterizadores de seu temperamento e caráter! Voltaremos a João Lisboa no final desta conversa.

Assim como Catulo da Paixão Cearense era maranhense, para glória nossa, apelidaram esse mau cearense, para tristeza e prejuízo nosso, de *O Maranhense*, ou o *Bardo do Bacanga*. Muito trabalho deu esse mal-entendido ao nosso escritor.

Recomendando ao Dr. Abel Parente comedimento e moderação diante de um pretenso insulto que lhe assacara o médico Dr. Pedro Paulo, ao chamar-lhe pejorativamente de *Calabrês*, formula-lhe Artur Azevedo os seguintes conselhos, no De Palanque:

Mas não se escame o exaltado capitão; o Dr. Pedro Paulo chamou *calabrês* ao Dr. Parente pela mesma razão absurda por que os franceses chamam *cretinos* aos estúpidos e *gregos* aos indivíduos que fazem trapaça ao jogo. Em compensação, nós chamamos *franceses* aos fingidos, toda gente chama *beócios* aos ignorantes, etc.

Meu caro Senhor Capitão, eu sou maranhense — não *puro-sangue*, mas enfim... Pois bem, se eu fosse a desembainhar a “virginal farrucha”, de que falou Escaravelho, todas as vezes que aqui no Rio de Janeiro vejo transformar a palavra *maranhense* de adjetivo honesto em substantivo infame, andava sempre de espada em punho. (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/07/1885)

Numa coluna sua, queixa-se Artur Azevedo amargamente do mau gosto de aviltarem o significado do adjetivo pátrio atribuído com ironia ao Bardo do Bacanga e estendê-lo aos membros de toda nossa comunidade sediada no Rio de Janeiro. Escutemo-lo:

O meu bom colega Jovino Aires, redator-secretário d’*O Paiz*, foi ontem alvo de uma descompostura anônima, cujo autor lhe lança em rosto, como uma vergonha, o fato de ser maranhense.

Antes de mais nada, saiba-se que o Jovino é filho da Bahia e não do Maranhão, onde apenas esteve de passagem. Admira que o anônimo, prometendo biografá-lo, comece por não saber o lugar onde ele nasceu.

Não é de hoje que o ser maranhense é no Rio de Janeiro pretexto para um insulto soez. Nós, os filhos da gloriosa província que deu ao Brasil o seu primeiro poeta e o seu primeiro prosador, devemos esse desgosto a um célebre falcatrueiro que existiu nesta cidade e se chamava Maranhense, conquanto fosse filho do Ceará. Esse indivíduo teve a habilidade de fazer de *maranhense* um substantivo apelativo, sinônimo de *espertalhão*. Entretanto, não me parece menos escrupuloso o desalmado que, para molestar um homem, não trepida em ofender a todos os filhos de uma província ilustre. Pois que não discuto com anônimos, o agressor que desafivele a máscara, e eu lhe demonstrarei, citando homens e fatos, que o Maranhão tem o direito de ser respeitado não só no Rio de Janeiro como em toda a parte do mundo.

Não há nada mais estúpido do que esse terrível sistema de dividir geograficamente o valor moral dos filhos da mesma pátria. Os maranhenses têm dado tanto ao Brasil e recebido tão pouco, têm se feito lembrar com tanta glória e têm sido esquecidos com tanta injustiça, que deveriam estar a coberto de semelhantes insultos.

E remata:

Jovino Ayres, conquanto seja filho desse ninho de águias que se chama a Bahia, teria muita honra em haver nascido no meu saudoso Maranhão, que é a terra da carinhosa mãe dos seus filhos. (*idem*, 10/06/1898)

Quem, todavia, lava a alma de Artur Azevedo são dois médicos paulistas que lá foram debelar uma violenta epidemia — Drs. Vítor Godinho e Adolfo Lindenberg — e nos analisam no livro *Norte do Brasil*, editado pela Casa Laemmert em 1907. Artur Azevedo transcreve-lhes as passagens sobre nossa cordialidade, sobre nossa pureza de linguagem, sobre a influência do lado intelectual sobre o afetivo. Ouçamos-lhes o conceito de homem cordial e do apuro do falar dos nossos avoengos de princípios deste século.

É observação dos etnologistas que na raça negra predominam as qualidades afetivas. Será essa a razão da boa índole das camadas inferiores da população maranhense. Acostumados no Sul a ouvir mil histórias dos “cabras” do Norte e dos jagunços, surpreendeu-nos a bondade extrema daquela gente, bondade que poderíamos chamar “ingenuidade”, se não tivéssemos, por outro lado, repetidas provas da sua perspicácia. Essa bondade lhes é natural, não pode ser considerada um artifício de civilização. Não há malícia naquele povo, sem que se possa, de modo algum, chamá-lo de simples, porque, como já dissemos, denota possuir certo apuro intelectual, que não estamos habituados a ver no caboclo do Sul. Agrada, sobretudo, a correção relativa da linguagem. Neste ponto, em todo o Brasil, não há quem lhe leve a palma.

As mesmas qualidades de coração e de inteligência que acabamos de apontar, mas em grau muito mais elevado, se notam nas classes superiores. Da generosidade dos seus sentimentos não pode haver melhor prova do que a hospitalidade carinhosa com que agasalham o forasteiro.

Dizem os estrangeiros que nos visitam que a hospitalidade é um sentimento característico do povo brasileiro; duvidamos, porém, que em parte alguma seja mais apurado que no Maranhão, nem mesmo em Minas, que disso se orgulha.

Segundo nossos visitantes, a capacidade intelectual influi positivamente sobre nossa capacidade afetiva:

Talvez que em tudo isso se possa reconhecer a influência que sobre a vida emotiva exerce a cultura intelectual; porque, sem contestação, o povo maranhense, estudado de perto, justifica plenamente o juízo que dele se faz cá fora. É uma gente culta e inteligente, e nenhum dos Estados brasileiros tem concorrido mais para elevar o nível intelectual da Pátria.

De alma leve e peito lavado, Artur Azevedo agradece o juízo crítico e termina com uma sátira mordaz a nossos detratores:

E dizer que ultimamente um pascácio, um pateta das luminárias, um enxovedo, querendo insultar-me, não achou para isso expressão mais injuriosa que esta: “o Maranhense”! Já é ser cretino!

Agradeço aos Drs. Vitor Godinho e Adolfo Lindenberg, pela parte que me toca, o generoso serviço que acabam de prestar a todos os maranhenses com a publicação desse livro, que tem, ainda, a vantagem de ser bem escrito. E ridícula seria qualquer obra mal escrita em que se tratasse do Maranhão.

3 - *A presença do velho mestre Sotero dos Reis*

Artur é um eterno apaixonado da São Luís de sua infância. Sua descrição do Largo do Carmo não fica nada a dever aos grandes painéis humanos desenhados pelo irmão romancista, na captação da cor local e do pormenor expressivo. O artigo é de *A Palestra*; a transcrição é longa, mas a beleza de seu conteúdo justifica a inserção aqui. Leiamos-lo:

O ponto mais central da cidade de São Luís do Maranhão é o Largo do Carmo, onde em 1643 se deu um renhido combate de duas horas entre os holandeses, em número de 1.400 homens, e as tropas portuguesas comandadas por Antônio Teixeira de Mello, que venceu, como sempre.

No meu tempo era um largo muito triste; basta dizer que havia ali, desde 1815, um pelourinho, bela coluna torcida, de mármore, ainda com os ganchos, onde outrora penduravam os escravos, para os açoitarem.

O Convento do Carmo, edificado em 1627, em cujo pavimento térreo funcionava o Liceu (ai! O Liceu! Que saudades!) concorria para dar ao local um tom melancólico e patriarcal, muito de colônia.

Uma das visões mais nítidas da minha infância foi ter atravessado um dia o Largo do Carmo em hora de muito sol. O chão escaldava sob os meus pés, as árvores pareciam imóveis, e havia em tudo um silêncio de morte. Ninguém. Apenas, à porta de uma loja dois negociantes conversavam um com o outro.

Na ocasião em que eu passava diante deles, um grito lancinante, agudo, intenso, penetrante, fanhoso, partiu dos lados do Liceu e cortou violentamente aquele silêncio de cemitério. Um dos negociantes voltou-se para o outro, e disse:

– Lá o Sotero ouviu uma silabada na aula de Latim.

O grito era efetivamente de Francisco Sotero dos Reis, o mestre de João Lisboa. Quando o ilustre latinista ouvia uma silabada, era como se lhe metessem um punhal nos ouvidos: gritava, e todo o Largo do Carmo e ruas adjacentes ficavam sabendo de que mais um atentado se cometera contra a língua de Cícero.

Hoje o largo está transformado. O pelourinho, curioso num museu, mas rebarbativo numa praça pública, foi arrancado dali pelo primeiro governo republicano; Sotero calou-se para sempre; não há silabadas que o despertem no seu túmulo do Gavião; o largo foi ajardinado, é hoje uma das praças mais bonitas do Norte, e deram-lhe o nome de João Lisboa. É ali que deve ficar a estátua do grande maranhense. (*A Palestra*, em *O Paiz*, Rio de Janeiro, 14/12/1903)

Bons tempos aqueles em que se sabia, até no ginásio, o que vinha a ser uma silabada! Bons tempos aqueles em que a fruição das flores do Lácio conduzia, de regra, ao conhecimento das fontes em que o jardineiro se densedentava.

A carinhosa lembrança de seu antigo mestre do vernáculo acompanha-lo-ia no curso da vida. Por duas vezes, pelo menos, em maio de 1895, reporta-se com saudades à figura do autor das *Postilas de gramática geral*. A 14, referindo-se à *Gramá-*

tica portuguesa de Alfredo Gomes, escusa-se de analisá-la face às inovações que já eram uma constante à época:

Confesso que me falta absolutamente competência para dar juízo sobre qualquer gramática moderna. Tive a honra de ser discípulo de Sotero dos Reis e me presumia meio senhor da matéria; mas alguns anos depois, quando pretendi, folheando a gramática do meu amigo João Ribeiro, passar uma revista aos meus velhos conhecimentos filológicos, encontrei tudo transformado.

O fundo era o mesmo, naturalmente porque os princípios gramaticais são imutáveis e é isso o que me vale; mas os preceitos eram já conhecidos por outros nomes. Acontecera à gramática o mesmo que às nossas repartições públicas depois do 15 de Novembro. E como eu escrevia certo e tinha muito que fazer, não me senti disposto a decorar nomes novos.

Comentando, no dia 24, na mesma seção, a *Gramática da puerícia*, de José Ventura Bôscoli, voltaria ao velho mestre com uma fina “humorada”.

Já há dias proclamei bem alto a minha incompetência no assunto, e não desejo repetir agora o que disse nessa ocasião com a franqueza que me caracteriza.

No meu tempo a gramática era nada mais que a arte de escrever e falar corretamente; hoje ela deixou de ser uma arte, para ser uma ciência, e é por isso, talvez, que já se não escreve a língua portuguesa como outrora se escrevia.

O estudioso e simpático Professor Bôscoli diz que a gramática “dos tempos idos” era “um verdadeiro código de regras de fantasia”; pode ser, mas eu conheço muita gente boa que aprendeu por ela e sabe perfeitamente o nosso idioma.

Sotero dos Reis, aquele bom velhote que foi um gramaticão de conta, peso e medida, seria capaz de ficar doido se ressuscitasse para ouvir dizer que campenomia é a parte da morfologia que trata da flexão e que a exegética é a parte da semiologia que trata da significação das palavras.

4 - Um paralelo entre a Corte e o Maranhão

Embora sua terra adotiva lhe propiciasse os meios de subsistência para uma família de mais de dez pessoas e projeção internacional para suas obras dramáticas, Artur Azevedo trazia sempre presentes na memória e no coração os valores humanos dos usos e costumes de sua querida São Luís, e no confronto entre progresso e tradição, esta última sempre levava o primeiro de vencida. Escutemo-lo na Palestra:

Dia de S. João! ... dia de saudades! ...

Que longe vão as noites da minha infância ditosa, quando as fogueiras crepitavam no quintal e a macaxeira estalava no brasido!

Que bem sabiam naquelas noites alegres as pamonhas cor de ouro, e a trêmula e melindrosa canjica!

É preciso notar que a canjica do Norte é o mingau do Sul - mas um mingau *sui generis*, que parece manipulado pelos anjinhos do céu. Por isso digo melindrosa e trêmula.

Um dos mais interessantes costumes daquele tempo eram as moças que o praticavam. Na véspera de S. João, à primeira badalada da meia-noite, deixavam ao relento um

copo d'água a que misturavam a clara de um ovo. Pela manhã, muito cedo, iam examinar as formas que os filamentos da clara haviam tomado dentro do copo.

Era preciso um grande esforço de imaginação para ver ali uma cama, um navio, um caixão de defunto, ou uma grinalda de noiva. E dessas figuras imaginárias tiravam o seu horóscopo. A cama representava a moléstia, o navio a viagem, o caixão a morte e a grinalda o casamento. E as moças então sabiam ou fingiam saber, o que lhes aconteceria durante o ano.

E os busca-pés?... e os balões?... e as modinhas ao violão?... e os jogos de prendas?...

Dizem que no Rio de Janeiro já houve todas essas coisas, e a pouco e pouco foram desaparecendo com a invasão das modas estrangeiras. É pena, porque esses costumes eram a afirmação mais genuína e flagrante da nossa índole e da nossa nacionalidade. Um país que não respeita as suas tradições populares não pode ter fisionomia própria. Há quem condene tais costumes porque acham que não se compadecem com a civilização moderna. Esses desalmados, que se insurgem contra tudo quanto é venerando e patriarcal, preferem, sem dúvida, os terríveis costumes de hoje...

Anteontem, no Teatro Lírico foram vaiadas — vaiadas! — senhoras da mais fina sociedade fluminense!... Que diabo! Eu prefiro as fogueiras de São João, o Judas em Sábado de Aleluia e o papagaio de tala enfiada ... (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 24/06/1898)

Num artigo da revista *Kosmos*, depois de tecer considerações sobre as origens mágicas e rituais do *Bumba-meu-boi* maranhense; depois de comentar a atribuição de autoria a Gonçalves Dias de uma quadra popular desse festejo e apreciar as características do rancho de Reis, sobre cujo assunto escreveu uma peça teatral que foi levada em cartaz seis anos pelo Brasil afora, Artur Azevedo, o folclorista e o moralista, volta à comparação entre os dois pólos culturais com vantagens para nossa maior festa popular:

Os moços cariocas, de hoje, não podem compreender que a gente se sensibilize por estas coisas. Cresceram sem esses folguedos ingênuos e patriarcais. O Rio de Janeiro, com a sua população heterogênea, formada com elementos importados de todos os pontos do Globo, perdeu, como era natural, as suas tradições populares: não lhe resta nenhuma. O próprio Natal estrangeirou-se, adotando a árvore européia contra a qual se revoltou ultimamente a alma profundamente brasileira do nosso Olavo Bilac.

Não sei se o Rio conheceu o *Bumba-meu-boi*; sei que alguns folguedos, como o do Judas em Sábado de Aleluia, imortalizado na farsa de Martins Pena, foram proibidos, há muitos anos, por uma polícia inconsciente, que tinha uma idéia errônea de civilização. É provável que houvessem proibido também o *Bumba-meu-boi*.

E remata:

Tem isto muita graça numa terra onde se consente, pelo carnaval, a escandalosa exibição de prostitutas seminuas, carregadas em carros de triunfo. (*Kosmos*, Rio de Janeiro, jan. de 1906, p. 9-14)

5 - Um parêntese para o principal: este livro²

O paralelismo acima entre o conservadorismo da província e o cosmopolitismo da Corte enseja-nos este parêntese no exame das crônicas em prosa de Artur Azeve-

do, para uma breve mirada em suas duas primeiras obras satíricas em versos que este volume enfeixa.

Como todo bom satirista, o autor adolescente das *Carapuças*³ é um moralizador. Seus dezesseis anos não se compraziam com os desvios éticos dos usos e costumes de sua cidade. No semanário *O Domingo*, que fundou então e manteve por cerca de dois anos em São Luís, no início dos anos setenta, fustigou, ora através de sonetos, ora através de longos poemas, muita vez paródicos — estes e aqueles —, as relações humanas a que assistiu e de que participou nos bailes, no namoro, na administração pública e no comércio da terra natal. Essa produção transcendeu as páginas daquele hebdomadário, e eis que o jovem satirista se vê estimulado a editar sua obra de estréia. Incentivado por amigos, entre os quais V. Cantanhede, empregado do comércio local, como ele próprio antes fora, estréia quase menino com aquela obra que, se por um lado lhe granjearia a admiração dos moços de seu tempo, por outro lhe atrairia o temor dos satirizados.

Num dia de função no Teatro São Luís, hoje Teatro Artur Azevedo, jogaram do balcão do quarto andar um pasquim contra um figurão da terra. Nada impediu que o Governador Silvino da Cunha lhe imputasse injustamente a autoria e lhe arrebatasse o emprego de amanuense que exercia num órgão estadual. Ressabiado com a injustiça da demissão, Artur Azevedo decide vir para a Corte, onde lutaria sozinho com suas próprias armas. Sem padrinhos e parentes, foi professor, revisor e tradutor de folhetins antes de abraçar o jornalismo, com que futuramente acumularia a tarefa de funcionário público.

Já no Rio de Janeiro, aos 22 anos, publica sua segunda obra satírica: *O Dia de Finados*⁴. Apesar de seu deslumbamento com as belezas e o progresso da cidade, seu espírito inquieto e questionador não demorou a encontrar também aqui certas mazelas que despertariam sua veia satírica. Encontrou-as na insinceridade e na imposturia das comemorações coletivas do dia de Finados. Chocaram-no detalhes como o da mania do francesismo nas lápides dos túmulos; do colorido desrespeitoso das roupas visitantes do campo santo; da iniquidade nas relações de uma senhora para com seu escravo na visita ao cemitério; na transformação deste em local de piquenique e bebedeira; da sua conversão em praça de cobranças de dívidas no comércio; de ponto, enfim, de namoro e relações escusas no cenário desolador da morte. Por tudo isso, talvez, declara-se favorável à incineração dos cadáveres.

Com as crônicas que vimos examinando neste estudo, essas duas primeiras sátiras em verso têm em comum objetivarem também fatos maranhenses e fluminenses da segunda metade do século dezoito.

Entre a publicação das *Carapuças* (MA, 1871) e a do *Dia de Finados* (RJ, 1877), o adolescente Artur esteve muito ocupado em gerenciar e produzir um “semanário crítico e literário” que fez editar na tipografia maranhense de *O Paiz*, de M. F. V. Frias. Vimos pela primeira vez a coleção de *O Domingo* (assim se chamava), conduzido pelas mãos do escritor José do Nascimento Morais Filho, em 1977, na Biblioteca Municipal Benedito Leite, de São Luís. Muito dilacerada pelo manuseio, folhas amareladas pelo tempo, e bastante incompleta, a instâncias minhas, a Dra. Esther

Caldas Bertoletti fê-la fotocopiar para que integrasse o Plano Nacional de Microfilmagem de periódicos Brasileiros. Na Biblioteca Nacional, no princípio desta década, pude então reproduzir as páginas em prosa e verso assinadas pelo jovem escritor. O primeiro número é de 07/02/1872 e o último da coleção é o de n.º 5, de 01/02/1874. Particularmente importante para sua biografia é o n.º 30, ano II, de 10/8/1873, aberto com o artigo *Iniquidade*, em que dá conta da sua injusta exoneração do cargo de praticante da 1.ª seção da Secretaria de Governo de seu Estado. Após o n.º 38 (5/10/73), Artur limita-se a colaborar com suas impressões da Corte. São crônicas de crítica, poemas líricos, épicos e satíricos, e contos. São paródias, sonetos e três poemas satíricos mais longos: *Um baile*, em cinco cantos; *O mercado* e *O comércio*, estes integrantes da série (incompleta na coleção?) subtitulada *Costumes Maranhenses*. Em torno dos usos e costumes maranhenses, sua bateria satírica centrava-se principalmente nas relações amorosas e nas comerciais, quando não nas duas juntas. Inserimo-la aqui na esperança de um dia encontrar a coleção completa do semanário, referida pelo Professor Jean-Michel Massa nos comentários ao espólio de Machado de Assis, e publicá-la por inteiro. É difícil supor que o grande escritor fluminense fosse assinante de um semanário provinciano, escrito por um adolescente, então desconhecido da Corte.

6 - Bom-senso e instinto de nacionalidade

Num dia de maior exaltação lírica por sua terra adotiva, o Rio de Janeiro, pela qual também tinha declarada adoração, terra que o abrigara de braços abertos ao migrar ainda jovem, injustiçado, incompreendido e ainda sem a mulher de seus sonhos; terra onde nasceram os quatro filhos que gerou de sua segunda esposa; terra que o idolatrava acima de qualquer escritor da época (vejam-se as folhas do dia de seu passamento); terra que projetara seu nome para fora do seu próprio País; — Artur Azevedo, numa atitude mais de nativismo (como veremos a seguir) do que de desprezo à Ilha de seus amores irrealizados, questiona esse modismo, creio eu — salvo engano — nascido do mimetismo irônico feito por João Francisco Lisboa com o Timon de Atenas (ele mesmo, autor do nome que São Luís goza ainda hoje no resto do país). São suas as palavras de A Palestra:

Recebi da capital do Maranhão o 2.º número (naturalmente o 1.º se desencaminhou) da *Filomatia*, revista artística, científica e filosófica, de cuja redação é diretor Manuel de Bethencourt.

Se não estou enganado, esse Bethencourt é do meu tempo. Pelo menos, havia no Maranhão, em 1873, um literato da minha idade — ou pouco mais velho — que tinha aquele nome e lá deixei quando me transferi para a Corte naquele ano. Creio até que nessa ocasião estávamos brigados, mas não me lembra por quê.

Se é ele em pessoa o redator da nova revista, receba os meus longínquos parabéns; vê-lo entre rapazes, à testa de um periódico literário, é sinal de que não perdeu ainda as belas ilusões dos 20 anos.

Ah! Eu também tive um baú cheio delas — um baú daqueles do Maranhão, de couro preto, com pregos de metal formando caprichosos, arabescos, mas já não me resta uma só, e o próprio baú desapareceu!

A *Filomatia* traz boa prosa e versos muito aceitáveis, assinados por nomes que eu não conheço; toda essa rapaziada mamava ainda no meu tempo, ou nasceu depois que para cá vim ...

Um cronista, que se assina *Luís de Ultramar*, diz coisas desagradáveis da nossa terra e lembra que, para justificar o seu cognome de Atenas, lá está o Pireu, que é a Ponta-da-Areia, e a Acrópole, que é — não sei por quê — o Cemitério do Gavião.

Faz muito bem o cronista em ridicularizar essa mania de comparações absurdas; mas, se o Maranhão não se parece nada nem nunca se pareceu com a Grécia de Péricles, se São Luís não é Atenas e se Alcântara não é Corinto, não faltam à nossa terra encantos e seduções. Basta a sociabilidade maranhense para tornar delicioso aquele cantinho do mundo.

Entretanto, não penso como o falecido Frederico José Correia, homem notável pela sua inteligência e pelo seu saber, que um dia me disse, na sua casa da Rua de Santana, embalando-se na rede entre nuvens de perfumoso tabaco do Codó:

— Qual Paris... qual Viena... qual São Petersburgo... qual Rio de Janeiro... qual nada! Não há terra no mundo como o nosso Maranhãozinho! (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 04/12/1895)

A chave dessa posição é encontrada em dois artigos que escreveu Artur Azevedo em setembro de 1890 na seção Flocos. Na 8.^a coluna da primeira página do *Correio do Povo*, respondendo a impulsões separatistas do jornalista Oscar Rosas, o dramaturgo maranhense dá seu testemunho daquilo que Afrânio Coutinho, em sua lúcida tese para o exercício da titulação de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFRJ, em meados dos anos 60, comprovou exaustivamente: o conceito de instinto de nacionalidade de Machado de Assis latente em nossas obras literárias. Em Artur Azevedo esse instinto é patente e explícito. Examinemo-lo:

O impetuoso articulista [Oscar Rosas] exclama:

Proclamemos a federação literária. Separemos a literatura do Sul, da literatura do Norte.

Mais acertado seria primeiro indagar se temos uma literatura, e, averiguada a coisa pela afirmativa, se vale a pena dividi-la em duas. Só se divide o que é grande. (*Correio do Povo*, 24/09/1890, p.1)

E justifica sua posição com o poder catalisador da antiga Corte recém-convertida em Capital Federal.

Todos quantos valem alguma coisa, quer no Norte, quer no Sul, obedecem fatalmente à lei da atração exercida pela Capital, e vêm ter ao Rio de Janeiro, o foco ardente que faz com que as esperanças desabrochem nos gabinetes de estudo, ou se *estiolem* nos botequins.

Artur conclui esse artigo com uma ponta de comicidade desferida contra o articulista segregacionário:

Fazer distinções entre os brasileiros que descem do Norte e os que sobem do Sul, é provincianismo indigno de um rapaz de talento, que se debruça à *Janela do Espírito* [esse era o nome de sua seção] para ver quem passa.

Esse sentimento de nacionalidade, Artur Azevedo ratificará na mesma seção dois dias depois:

Em literatura não sou nortista, nem sulista: sou brasileiro, e não admito distinções. Querer fazê-las é, repito, uma explosão de provincianismo infantil, que faz lembrar os meninos que, acabada a aula, se esbordoam na rua dizendo: — A minha escola é melhor que a de você. (*Correio do Povo*, 26/09/1890, p.1)

Não se quer dizer com isso que nosso dramaturgo idolatre menos sua terra, pois, no mesmo artigo, deixa claro que suas raízes telúricas falam mais alto do que qualquer título, em favor de uma pragmática de vida:

Amo apaixonadamente o meu torrão natal, mas amá-lo-ia da mesma forma, se não houvesse nascido ali um único literato. Digo até, sem receio de ofender a susceptibilidade de quem quer que seja, que, produção por produção, eu quisera mais algodão que poesia.

Esse acendrado amor nunca desmentido à terra-berço faz-se presente quando o Maranhão é atacado em qualquer setor de sua integridade. Em A Palestra, levanta-se contra doestos partidos de Londres sobre a adimplementação dos compromissos de sua terra.

Só ontem, lendo nesta folha os telegramas dirigidos ao Dr. Urbano Santos pelo governador do Maranhão, soube da existência do telegrama de Londres publicado no *Jornal do Comércio* de 15 do corrente.

Se há mais tempo eu tivesse tido conhecimento dessa perversidade, obra daninha de algum especulador despeitado, lavraria imediatamente o meu protesto, porque o Maranhão, graças à boa-vontade, à energia e à honradez dos seus atuais administradores, está ressurgindo brilhantemente das suas gloriosas tradições e tomando o lugar de honra que por direito lhe compete na federação brasileira.

A politicagem tem sido ultimamente escorraçada daquela terra, e o comércio maranhense, de uma honradez absoluta e proverbial, a lavoura, a indústria, as próprias artes, vão a pouco e pouco readquirindo ali o seu antigo domínio.

O Maranhão, apesar de todos os pesares, satisfaz briosamente os seus compromissos, não concorreu para o desmoronamento do crédito nacional, não fez barretadas com o chapéu alheio, não se quis enfeitar com farandulagens de empréstimo, e está naturalmente gozando os benéficos resultados da sua modéstia e do seu bom-senso.

Não sei a quem nem a quem possa atribuir o telegrama de Londres; mas aposto que o ouro de Maracassumé, região mais opulenta que o Transvaal, não é estranho aos manejos revelados naquele documento ignóbil.

Mas descansem: o Maranhão já agora não recuará no caminho, em que entrou, da civilização e do progresso. (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 24/04/1901)

Fico a pensar na força profética deste artigo e na satisfação que teria Artur Azevedo em ver a terra amada vivendo hoje a iminência de sua redenção econômica,

com sua Universidade rivalizando com as mais respeitadas do País, com uma Secretaria de Cultura (inexistente em algumas capitais do País) insuflando de esperança e vida o renascimento das artes eruditas entre nós; interiorizando-as e animando, com segurança e visão, as formas populares dessa cultura.

Num longo e belo artigo intitulado *João Lisboa*, Artur Azevedo lança a grande campanha que resultaria na construção da estátua de nosso jornalista maior, eternizado na arte de R. Bernardelli. Depois de louvar a fibra e o espírito de luta do autor do *Jornal de Timon*, nunca desmentida, sugere, após traçar a estratégia da campanha pró-obtenção de fundos para a feitura da estátua:

Proponho que essa estátua seja inaugurada no dia 22 de março de 1912, primeiro centenário do nascimento de João Lisboa.
Faltam ainda nove anos, mas nove anos não são demais para a lentidão com que tudo se faz na nossa terra. (*O Paiz* 14/12/1903)

E, adiante, conclui com esperança no coração:

Espero em Deus assistir, no dia 22 de março de 1912, a inauguração da estátua de João Lisboa, e mostrar ao Largo do Carmo, estes cabelos brancos que ele não conhece.

Os desígnios divinos não permitiram que ele realizasse esse sonho. O permanente riso de seus lábios se apagaria no dia 22 de outubro de 1908, quatro anos antes do evento. O Largo do Carmo não viu mais os seus cabelos brancos, mas sua obra testemunhará quanto este grande maranhense venerou e honrou a terra em que nasceu.

Se é verdade que a arte verdadeira cria uma realidade muito mais real do que a própria realidade — já que a vida é sonho — São Luís do Maranhão, a cidade do Rio de Janeiro, o Brasil inteiro em suma, têm uma grande dívida a saldar com Artur Azevedo.

Notas

¹ Esse artigo foi publicado originalmente como introdução ao volume: *Carapuças, O Domingo, O Dia de Finados – Sátiras I*. (introdução, estabelecimento de texto e notas de Antonio Martins de Araújo). Rio de Janeiro: Presença/Minc/INL, 1989.

² Conforme indicado anteriormente, trata-se do livro: Azevedo, Artur, *Carapuças, O Domingo, O Dia de Finados – Sátiras I*. (introdução, estabelecimento de texto e notas de Antonio Martins de Araújo). Rio de Janeiro: Presença/Minc/INL, 1989.

³ Azevedo, Artur. *Carapuças, versos humorísticos*. São Luís do Maranhão: Tipographia de O Paiz, 1871.

⁴ Azevedo, Artur. *O Dia de Finados, sátira*. Rio de Janeiro: Tipographia Acadêmica, 1877.